



---

## **Por uma abordagem funcionalista da complementação oracional**

Gisele Cássia de Sousa (UNESP)

**RESUMO:** O principal objetivo deste trabalho é demonstrar a relevância da adoção de um modelo funcionalista, que integre aspectos tanto da oração matriz quanto da oração completiva, para a descrição do fenômeno da complementação oracional. O aporte teórico adotado é o da Gramática Discursivo-Funcional que, diferentemente da maioria das abordagens sobre o assunto, centradas apenas em propriedades da oração matriz, permite conjugar nas análises aspectos funcionais tanto da matriz quanto da oração completiva. Como resultado das discussões, ressalta-se a importância de análises integradas desse tipo para uma compreensão mais ampla acerca da relação forma-função em construções completivas do português.

Palavras-chave: Funcionalismo; Gramática Discursivo-Funcional; articulação de orações; orações completivas.

### **Introdução**

A forte atuação de fatores semânticos, cognitivos e discursivos sobre a estruturação dos sistemas gramaticais tem sido amplamente comprovada e há muito constitui, como se sabe, princípio caro às teorias funcionalistas. No tocante ao fenômeno da complementação oracional, entretanto, pouco se tem feito a esse respeito, e as abordagens existentes, em grande parte, têm privilegiado aspectos funcionais do predicado matriz, propostos como determinantes do comportamento da oração completiva e, por consequência, da gramática da complementação oracional.

Neste trabalho, busca-se demonstrar que aspectos funcionais das orações completivas também se mostram atuantes sobre a gramática das construções completivas e deveriam ser levados em conta se o que se pretende é compreender o modo como esse tipo de construção é empregado nas línguas naturais.

Primeiramente, sintetiza-se o tratamento comumente dispensado à complementação oracional, com foco para a primazia dada ao predicado matriz pela maioria das abordagens sobre o assunto. Em seguida, expõe-se a proposta de descrição que se encontra no interior da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008) e que, diferentemente, integra às análises aspectos funcionais também do complemento oracional. Ainda nessa parte, descrevem-se comportamentos das construções completivas que fatalmente são negligenciados em uma abordagem direcionada apenas para o predicado matriz, o que

ressalta a relevância de uma descrição integrada como a que propõe a teoria da Gramática Discursivo-Funcional. A última parte do texto é reservada às considerações finais.

## 1. Abordagens funcionalistas e a centralidade do predicado matriz

O tratamento mais comumente dispensado à complementação é o que focaliza o modo como propriedades dos constituintes envolvidos interagem para determinar as reais possibilidades (ou impossibilidades) de um constituinte complementar (ou ser complementado por) outro constituinte. A visão sobre que tipos de propriedades são relevantes para determinar essa (im)possibilidades é o ponto que distingue as diferentes concepções teóricas sobre o assunto. Dentre elas, Faber & Usón (1999) consideram como principais as seguintes:

- (i) **Concepção sintática:** a complementação e a questão da seleção de complementos são exclusivamente sintáticas (CHOMSKY, 1965; ROSENBAUM, 1967; BRESNAN, 1970, 1979).
- (ii) **Concepção sintático-semântica:** a complementação é semântica, mas a seleção real do complemento é sintática (GRIMSHAW, 1979).
- (iii) **Concepção semântica:** a complementação e a seleção de complementos são exclusivamente semânticas (GIVÓN, 1980, 1984; DIK, 1997; FOLEY & VAN VALIN, 1984; VAN VALIN & WILKINS, 1993; VAN VALIN, 1993; LEVIN, 1995; LEVIN & RAPPAPORT, 1986).

Conforme apontam Faber & Usón, nas abordagens que seguem a primeira concepção, a complementação é tratada em termos de configurações sintáticas que são estabelecidas para os constituintes de uma língua de acordo com a estrutura formal de seus complementos.

As abordagens orientadas pela segunda concepção consideram que os tipos de complementação dependem tanto de propriedades sintáticas quanto de propriedades semânticas, mas uma maior relevância é atribuída a propriedades sintáticas dos constituintes. Sintaxe e semântica são componentes que operam separadamente, e cabe à informação semântica dos constituintes apenas o papel de suplementar o ambiente de complementação, prioritariamente determinado por traços sintáticos.

Os representantes das abordagens que se orientam pela terceira concepção, por outro lado, consideram que os fatores determinantes das formas de complementação são de ordem semântica e defendem que, a partir dos significados dos constituintes, os ambientes de complementação se tornam altamente previsíveis.

A complementação oracional há muito tem sido tratada em estudos que adotam essa concepção semântica de complementação e que, por isso mesmo, se aliam a vertentes funcionalistas da linguagem. A propósito de verbos complementáveis por oração, tem-se demonstrado que, com alguns deles, o conteúdo da oração completiva pode ser pressuposto como um fato verdadeiro ou como um evento realizado; com outros, no entanto, nenhuma pressuposição desse tipo é veiculada. De acordo com a característica de indicarem ou não uma pressuposição quanto ao valor de verdade de seus complementos oracionais, os seguintes tipos de verbos encaixadores de oração são distinguidos na literatura:

- (i) **Implicativos:** predicados que comprometem o falante com a verdade da proposição expressa no complemento (KARTTUNEN, 1970).

Um predicado implicativo em português é *conseguir*. Observe-se que a expressão de (01a), por exemplo, implica que o falante aceita como verdadeiro o conteúdo da oração completiva de *conseguir*, isto é, que o evento expresso no complemento oracional de fato se realizou ((01a')). Quando *conseguir* aparece negado, como em (01b), a negação escopa o conteúdo da oração completiva, e a implicação é a de que o falante aceita como verdadeiro que o evento no complemento oracional **não** se realizou ((01b')).

- (01) a. Ana conseguiu que o professor adiasse a prova.  
a'. *A prova foi adiada.*
- b. Ana **não** conseguiu que o professor adiasse a prova.  
b'. *A prova não foi adiada.*

- (ii) **Não-implicativos:** predicados que, sejam afirmados sejam negados, não implicam a verdade do complemento oracional (GIVÓN, 1984).

Comporta-se como não-implicativo em português o verbo *querer*, por exemplo. Note-se que o enunciado de (02a), abaixo, não implica nem a verdade ((02a')) nem a falsidade do conteúdo da oração completiva (02a''), do mesmo modo que o enunciado em (02b), com *querer* negado, não pressupõe que o conteúdo da completiva seja verdadeiro ((02b')) ou que seja falso ((02b'')).

- (02) a. João quis que Ana saísse da sala.  
a'. *Ana saiu da sala.*  
a''. *Ana não saiu da sala.*
- b. João **não** quis que Ana saísse da sala.  
b'. *Ana saiu da sala.*  
b''. *Ana não saiu da sala.*

- (ii) **Factivos:** predicados que pressupõem a verdade do complemento oracional, independentemente de ser esse predicado negado ou afirmado. Nos termos de Kiparsky & Kiparsky (1970), em construções com predicados factivos, “o falante pressupõe que a oração encaixada expressa uma proposição verdadeira e faz uma afirmação sobre essa proposição” (p. 348).

Um verbo que pode se comportar como factivo em português é *saber*. Ao expressar a construção de (03a), por exemplo, o falante pressupõe que “João foi preso” é uma proposição verdadeira ((03a')). Com esse predicado negado ((03b), o que se afirma é o **desconhecimento** a respeito do **fato** de “João ter sido preso”, que, em si mesmo, permanece verdadeiro (03b').

- (03) a. Pedro sabe que João foi preso.  
a'. *João foi preso.*
- b. Pedro **não** sabe que João foi preso.  
b'. *João foi preso.*

(iv) **Não-factivos:** predicados que, independentemente de serem negados ou afirmados, não pressupõem nenhum valor definido quanto à verdade ou quanto à falsidade do complemento (GIVÓN, 1984).

O verbo *dizer*, nas construções de (04a-b), é do tipo não-factivo. O conteúdo da oração completiva de *dizer*, seja esse verbo afirmado, como em (04a), seja negado, como em (04b), não é pressuposto como verdadeiro nem como não verdadeiro, e tanto (04a') quanto (04a''), por um lado, e tanto (04b') quanto (04b''), por outro, são interpretações possíveis para o complemento oracional.<sup>1</sup>

- (04) a. Ana disse que viria.  
a'. Ana veio.  
a''. Ana não veio.  
b. Ana **não** disse que viria.  
b'. Ana veio.  
b''. Ana não veio.

As análises de significados pressuposicionais envolvidos em construções com orações completivas, como as que se encontram em Karttunen (1970), Kiparsky & Kiparsky (1970) e em Givón (1984), são indiscutivelmente cruciais para uma abordagem semântico-funcional da complementação oracional. É fato, entretanto, que elas focalizam muito mais o significado dos verbos do que o das orações que os complementam. Observe-se que, na classificação dos verbos em implicativos/não-implicativos e factivos/não-factivos, o conteúdo do complemento oracional é analisado como factual/não-factual ou realizado/não-realizado apenas em função de significados pressuposicionais do predicado matriz. Nos estudos citados, não se propõe uma classificação semântica dos complementos oracionais como é feito para os verbos encaixadores de oração.

Kiparsky & Kiparsky (1970) envolvem o complemento oracional em suas análises, mas com a finalidade de mostrar que a *forma sintática* desses complementos é determinada e, assim, pode ser previsível a partir do valor pressuposicional do verbo matriz.<sup>2</sup> Karttunen (1970), que se volta mais à análise de verbos implicativos, por outro lado, afirma que "...em geral parece não haver relação entre as propriedades semânticas de um verbo e o tipo sintático da oração completiva que ele seleciona" (p. 334) e, evidentemente, não envolve em suas análises o complemento oracional.

Uma proposta de se considerar nas análises o significado também da oração completiva, e não apenas o de seu predicado matriz, encontra-se em alguns estudos desenvolvidos sob a perspectiva da teoria da Gramática Funcional de linha holandesa,

---

<sup>1</sup> A classificação dos verbos quanto à propriedade de pressuporem ou não um valor de verdade de seus complementos oracionais inclui outros tipos, tais como verbos "contrafactivos" (e.g. *tentar*), "implicativos negativos" (e.g. *falhar*), "não-factivos negativos" (e.g. *duvidar*) (veja, por exemplo, Karttunen, 1970; Givón, 1984; Neves, 2000). A classificação que aqui se apresenta, embora não exaustiva, é suficiente aos propósitos deste trabalho.

<sup>2</sup> O objetivo do trabalho de Kiparsky & Kiparsky (1970) é, de fato, o de atestar a interface sintaxe-semântica, com base no sistema de complementação do inglês. Ao demonstrarem que a pressuposição do falante quanto à verdade do complemento exerce importante papel na determinação da forma em que o complemento aparece na estrutura superficial, eles foram os primeiros a reconhecer a existência de predicados factivos e não-factivos, como aponta Dik (1997). A análise dos autores acerca dos complementos finitos, no entanto, envolve apenas os complementos declarativos (introduzidos por *that*), aos quais são comparadas diferentes formas de complementos oracionais não-finitos.

especificamente em Dik (1997), Dik & Hengeveld (1991), Hengeveld (1990a, 1990b), Bolkestein (1990, 1992) e, mais recentemente, na abordagem da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld & Mackenzie (2008), conforme se passa a demonstrar a seguir.

## 2. Uma abordagem integrada

Conforme explicitamente indicado no prefácio à primeira edição da teoria da *Gramática Discursivo-Funcional* (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008), a motivação inicial para a constituição do modelo foi a proposta de se proceder a uma revisão da *Gramática Funcional*, formulada por Simon C. Dik e colaboradores e publicada, pela primeira vez, em 1978.

Tal como no modelo idealizado por Dik, à teoria da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, *GDF*) impõe-se o objetivo maior de adequação *tipológica*, ao qual se segue a busca por adequação *funcional*, ou *pragmática*, isto é, a produção de um modelo de descrição gramatical precipuamente fundamentado na concepção de que as línguas são estruturas complexas adaptadas a funcionarem como instrumentos de comunicação entre seres humanos. A própria inclusão do termo *discursivo* na denominação da teoria é, nesse, sentido, “reflexo da conscientização de que ao impacto de propriedades discursivas sobre as formas linguísticas deve ser dada maior importância na teoria” (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. XI).<sup>3</sup>

De modo coerente com esses objetivos, a teoria vale-se de quatro níveis de descrição, que interagem entre si de modo a contemplar processos tanto de formulação quanto de codificação gramatical. Conforme se entende na *GDF*, a formulação diz respeito às regras que determinam o que, em uma determinada língua, constitui representações pragmáticas e semânticas subjacentes realmente válidas. A análise e descrição de representações pragmáticas fazem-se em termos das unidades distinguidas no *Nível Interpessoal*, reservado ao tratamento dos aspectos formais de uma unidade linguística diretamente relacionados à interação entre falante e ouvinte. Representações semânticas, por outro lado, são analisadas e descritas em termos de unidades relevantes no *Nível Representacional*, voltado à descrição dos aspectos ligados ao significado das unidades linguísticas, independentemente do modo como elas são empregadas na comunicação, de que trata o *Nível Interpessoal*. A codificação gramatical, por sua vez, é entendida na *GDF* como operação concernente às regras que convertem essas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas apropriadas e que são descritas, respectivamente, nos níveis *Morfossintático* e *Fonológico*.

A articulação de orações, tema deste trabalho, recebe no modelo da *GDF* tratamento detalhado, que resulta em profunda discussão sobre a natureza e o funcionamento da combinação de orações nas línguas naturais. No tocante às orações completivas, foco deste trabalho, estabelece-se que elas podem ser reconhecidas, em sua constituição interna, como equivalentes às unidades semântico-funcionais distinguidas nos níveis *Interpessoal* e *Representacional* que integram o modelo.

Orações completivas podem, assim, comportar-se como *Moves*, *Atos de discurso* ou *Conteúdos comunicados*, unidades hierárquicas pertencentes ao *Nível Interpessoal*; ou como *Episódios*, *Conteúdos proposicionais*, *Estados-de-coisas* ou *Propriedades*, unidades

---

<sup>3</sup> Na teoria da Gramática Discursivo-Funcional, o termo “discurso” é entendido como expressão linguística efetivamente produzida, dotada de uma intenção comunicativa, e que serve de referência para a compreensão do modo “como unidades linguísticas são estruturadas em termos do mundo que elas descrevem e das intenções comunicativas com as quais elas são produzidas” (HENGEVELD & MACKENZIE, p. 2).

hierárquicas distinguidas no Nível Representacional, conforme definidas e ilustradas a seguir.<sup>4</sup>

### NÍVEL INTERPESSOAL

- **Move:** maior unidade de interação relevante para a análise gramatical; em termos de sua natureza interpessoal, corresponde a uma contribuição independente a uma interação em andamento, isto é, tem efeito perlocutório no sentido de que pode constituir, ele mesmo, uma reação do falante a um *move* anterior do interlocutor, ou pode anunciar a possibilidade de uma reação, tal como ocorre em pares de pergunta e resposta, ou na divisão em turnos de que se compõe a conversação. Na modalidade oral, a entonação assinala os limites de um *Move*, ao passo que, na modalidade escrita, a divisão em parágrafos pode ser vista como estratégia de construção de *Moves* distintos, tais como, por exemplo, *Moves* de *introdução* e de *conclusão* em textos argumentativos. Em construções completivas, a oração que funciona como argumento de um verbo como *concluir* tipicamente constitui um *Move*, conforme ilustra a construção em (05).

(05) Embora seja difícil fazer generalizações sobre assunto tão controverso, é fácil *concluir que, em geral, as ocupações ilegais têm levado a uma perda de cobertura vegetal, bem como a uma substancial mudança no tipo de vegetação existente. Ao mesmo tempo, a consciência pública quanto à importância da vegetação urbana tem certamente aumentado nos últimos dez anos, embora permaneça uma questão em aberto o quanto dessa consciência se traduziu em mudança efetiva de comportamento mediante a vegetação urbana nas grandes cidades.*

- **Ato de discurso:** menor unidade de comportamento comunicativo; é provida de força ilocucionária e constitui núcleo de um *Move*. Diferentemente dessa unidade, no entanto, atos de discurso isolados não necessariamente constituem *reações* que fazem uma interação avançar. Uma combinação de atos pode ser necessária para a construção de um *Move*. Com exceção de construções representativas de discurso indireto, orações completivas que funcionam como argumento de verbos *dicendi* constituem atos de discurso, como exemplificado em (06).

(06) *É desnecessário dizer que, além de tudo, questões como qualidade e ações voltadas para a satisfação do cliente serão rigorosamente mantidas como metas desta empresa.*

- **Conteúdo comunicado:** contém a totalidade do que o falante deseja evocar em sua comunicação com o ouvinte. Em termos acionais, ele corresponde ao que Searle (1969) denomina “ato representacional” e corresponde às escolhas que o falante faz para evocar um quadro do mundo externo sobre o qual quer falar. Orações completivas de verbos *dicendi*, em construções de discurso indireto, tal como em (07), têm o estatuto de um Conteúdo Comunicado.

---

<sup>4</sup> Os exemplos de (05) a (11) foram traduzidos e adaptados de Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 364-5).

(07) Ele *disse que supostamente teria havido casos de violência doméstica naquela família.*

#### NÍVEL REPRESENTACIONAL

- **Episódio:** constitui-se a partir da combinação de unidades menores, nomeadamente, estados-de-coisas que formam uma unidade temática coerente. Os eventos encadeados que complementam o verbo *acontecer* na construção de (08) representam, juntos, um Episódio.

(08) E *aconteceu que, depois de dois anos que estávamos lá, nos encontrávamos no lugar errado, na hora errada, e fomos capturados por homens do Taliban que gritavam “vamos, vamos, vocês vão lutar na guerra com a gente”.*

- **Conteúdo proposicional:** equivale a construtos mentais, que não existem no espaço nem podem ser situados no tempo. Corresponde à entidade de terceira ordem, de Lyons (1977) e tem como principal característica a possibilidade de ser qualificada em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença, etc.), ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento compartilhado, evidência sensorial, etc.). A oração completiva de *acreditar*, em (09), tem a estrutura interna de um conteúdo proposicional.

(09) *Acreditamos que possivelmente mais de 60% da população já sabe de todas as ilegalidades que o governo vem praticando.*

- **Estado-de-coisas:** corresponde a uma entidade de segunda ordem, conforme definida por Lyons (1977). Pode ser localizada no tempo e avaliada em termos de sua realidade, de modo que, desse tipo de entidade, pode-se dizer que (não) ocorre, (não) acontece, ou (não) é real, em algum tempo ou intervalo de tempo. A oração completiva destacada em (10) representa essa tipo de unidade semântico-funcional.

(10) *Carla quer se encontrar comigo depois do almoço.*

- **Propriedade:** corresponde a um tipo de categoria semântica que não tem existência independente e que, por isso mesmo, não pode ser situada no espaço e no tempo. A avaliação que se pode fazer a seu respeito é apenas em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidade, ou a situações gerais que ela descreve. O conteúdo destacado em (11) equivale a esse tipo de entidade.

(11) *A polícia continuou a atirar indiscriminadamente contra a multidão.*

Observe-se que, nessa abordagem, o predicado matriz não deixa de desempenhar papel importante na seleção dos tipos semântico-funcionais de oração completiva. Considera-se, aliás, que predicados encaixadores de oração completiva expressam significados interpessoais e representacionais semelhantes aos de legítimos **modificadores**, tais como os advérbios, o que auxilia na identificação dos diferentes tipos de unidade representados por complementos

oracionais. A proposta de classificação semântico-funcional também das orações completivas, em termos de sua constituição interna, é, entretanto, ponto diferencial da teoria que, por favorecer descrições em que interagem aspectos tanto da oração matriz quanto da oração completiva, permite que se amplie o campo de abrangência do tratamento da complementação oracional, alcançando-se inclusive explicações funcionais para casos de restrição de combinação entre formas de completiva e determinados tipos de predicado matriz.

## 2.1. O alcance das descrições

A classificação dos predicados complementáveis por oração, demonstrada na primeira seção deste trabalho, em termos dos valores pressuposicionais que eles impõem sobre o conteúdo da oração que os complementa, deixa sem explicação a impossibilidade de, em português, verbos implicativos e não-implicativos ocorrerem com oração completiva iniciada pela conjunção *se*, em vez de *que*, conforme se verifica em:

- (12) a. Ana conseguiu **que** o professor adiasse a prova.  
a'. \*Ana conseguiu **se** o professor adiasse a prova.
- b. João quis **que** Ana saísse da sala.  
b'. \*João quis **se** Ana saísse da sala.

O verbo *saber*, que, como mostrado anteriormente, classifica-se como factivo, pode ser complementado por oração iniciada pelo complementizador *se*, mas apenas se esse verbo aparece negado, se à construção é aplicada força ilocucionária interrogativa, ou se for outro o sentido da construção, como mostram as sentenças de (13):

- (13) a. Pedro **não** sabe **se** João foi preso (ou não).  
b. Pedro sabe **se** João foi preso (ou não)?  
b. Pedro sabe **se** João foi preso (ou não, mas não contará a ninguém).

Em nenhuma dessas construções, entretanto, mantém-se a factividade do verbo *saber*, isto é, os conteúdos das completivas iniciadas por *se* não são, em nenhum dos casos, interpretados como **fatos**, como é o caso do conteúdo das completivas iniciadas por *que*, mostradas em (03a-b). A impossibilidade de o conteúdo em uma completiva com *se* ser pressuposto como factual independe, nesse caso, de significados da oração matriz e deve-se a propriedades semântico-funcionais da completiva com *se*, uma explicação a qual dificilmente chegariam abordagens centradas exclusivamente em significados do predicado matriz.

A oração iniciada por *se* do português constitui, nos termos da GDF, um **conteúdo proposicional**. Conforme demonstrado em Sousa (2007), sua origem é a oração condicional marcada por *si* do latim, da qual advém seu significado essencialmente hipotético em português. Por essa razão, diferentemente de uma oração com *que*, a completiva com *se* não instaura realidades, de modo que seu conteúdo é sempre do tipo **possível**, nem real nem irreal, nem negado nem afirmado. Daí a impossibilidade de ocorrência dessa forma de oração com verbos implicativos/não implicativos, que selecionam estados-de-coisas, realidades instauradas como complementos, e daí também a impossibilidade de pressuposição acerca da verdade do conteúdo na completiva com *se* e o comportamento não-factivo do verbo *saber* quando complementado por essa oração. Com esse último caso tem-se, aliás, sugerida

situação inversa à proposta pelas abordagens semânticas da complementação, isto é, significados da completiva atuando na determinação de valores do predicado matriz.

A relevância de se levar em conta, nas descrições, também aspectos funcionais da oração completiva pode ser notada ainda em relação à dessentencialização das completivas, isto é, à possibilidade de expressão dessas orações em formas não-finitas.

Associada à sua proposta de caracterização das completivas em termos de unidades semântico-funcionais distintas, a GDF assume que uma importante generalização, de validade interlinguística, pode ser feita entre o tipo de unidade que as orações representam e o formato (finito/não-finito) em que elas são codificadas nas línguas. A previsão é, assim, a de que quanto mais baixa for, em seu nível de descrição, a unidade representada na oração completiva maior será a probabilidade de essa oração expressar-se em formas não-finitas. Tentativas de paráfrases com orações finitas e não-finitas das completivas mostradas de (05) a (11) aparentemente revelam ser essa generalização de fato aplicável a complementos oracionais do português.

### NÍVEL INTERPESSOAL

#### *Move*

(05) Embora seja difícil fazer generalizações sobre um público tão diverso, é fácil *concluir que, em geral as ações têm levado a uma perda de cobertura vegetal, bem como a uma substancial mudança no tipo de vegetação existente. Ao mesmo tempo, a consciência pública quanto à importância da vegetação urbana tem certamente aumentado nos últimos dez anos, embora permaneça uma questão em aberto o quanto dessa consciência se traduziu em mudança efetiva de comportamento mediante a vegetação urbana em Quito.*

(05') ? Embora seja difícil fazer generalizações sobre um público tão diverso, é fácil *concluir em geral as ações terem levado a uma perda de cobertura vegetal...*

#### *Ato de discurso*

(06) É desnecessário *dizer que, além de tudo, questões como qualidade e ações voltadas para a satisfação do cliente serão rigorosamente mantidas como metas desta empresa.*

(06') ? É desnecessário *dizer, além de tudo, questões como qualidade e ações voltadas para a satisfação do cliente serem rigorosamente mantidas como metas desta empresa.*

#### *Conteúdo comunicado*

(07) Ele *disse que supostamente teria havido casos de violência doméstica naquela família.*

(07') Ele *disse ter havido supostamente casos de violência doméstica naquela família.*

## NÍVEL REPRESENTACIONAL

### *Episódio*

- (08) *E aconteceu que, depois de dois anos que estávamos lá, nos encontrávamos no lugar errado, na hora errada, e fomos capturados por homens do Taliban que gritavam “vamos, vamos, vocês vão lutar na guerra com a gente”.*
- (08') ? *E aconteceu depois de dois anos que estávamos lá, nos encontrarmos no lugar errado, na hora errada, e sermos capturados por homens do Taliban...*

### *Conteúdo proposicional*

- (09) *Acreditamos que possivelmente mais de 60% da população já sabe de todas as ilegalidades que o governo vem ocultando.*
- (09') ? *Acreditamos possivelmente mais de 60% da população já saber de todas as ilegalidades que o governo vem ocultando.*

### *Estado-de-coisas*

- (10) *Carla quer se encontrar comigo depois do almoço.*
- (10') \*Carla<sub>i</sub> quer **que se encontre<sub>i</sub>** comigo depois do almoço.

### *Propriedade*

- ▼ (11) *A polícia continuou a atirar indiscriminadamente contra a multidão.*
- (11') \*A polícia continuou **que atirava/atirasse** indiscriminadamente contra a multidão.

## **Considerações finais**

Em grande parte das propostas de descrição das construções completivas, o predicado matriz ocupa papel central, restando ao complemento oracional apenas a indicação de propriedades que decorrem de aspectos da matriz. Defende-se, em geral, que, a partir de fatores ligados ao verbo matriz, o comportamento, tanto sintático quanto semântico, de uma oração completiva torna-se altamente previsível.

Essa relação, por assim dizer, “determinística” entre oração matriz e completiva de fato tem se mostrado válida, inclusive interlinguisticamente (cf. NOONAN, 1985). Conforme se defende neste trabalho, entretanto, adotar essa relação como premissa de análise desfavorece o alcance de uma compreensão global sobre o funcionamento do fenômeno da complementação nas línguas naturais. Isso porque, conforme demonstrado, aspectos semântico-funcionais da oração completiva também concorrem para a realização de formas distintas de complementação e, algumas vezes, até mesmo para a determinação de valores do predicado matriz.

Neste trabalho, advoga-se, afinal, em favor de uma abordagem integrada, em que aspectos semântico-funcionais da matriz e da oração completiva sejam, pelo menos *a priori*, considerados igualmente atuantes sobre o comportamento e sobre as diferentes formas que a complementação oracional pode assumir.

**ABSTRACT:** The main goal of this paper is to demonstrate the relevance of adopting a functionalist model which integrates aspects of both the main and completive clause to describe the phenomenon of clausal complementation. It is adopted the Functional Discourse Grammar theoretical framework which, unlike most approaches to the theme, focusing only on properties of the main clause, allows the analysis to combine functional aspects of both the main and the complement clauses. As a result of the discussions, the study highlights the importance of integrated analysis like this one for a broader comprehension about the form-function relations in Portuguese complement constructions.

Keywords: functionalism; Functional Discourse Grammar; clause combining; complement clauses.

## Referências

BOLKESTEIN, A. Limits to Layering: Locatability and Other Problems. In.: FORTESCUE, M.; HARDER P.; KRISTOFFERSEN, L. (Ed.). *Layered structure and reference in a functional perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1992. p. 387-407.

\_\_\_\_\_. Sentential Complements in Functional Grammar: Embedded Predications, Propositions, Utterances in Latin. In.: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M. & VET, C. (Ed.). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. p. 71-100.

BRESNAN, J. *Theory of complementation in English syntax*. New York: Garland, 1979.

\_\_\_\_\_. On complementisers: Toward a syntactic theory of complement types. *Foundations of Language*, n. 6, p. 297-321, 1970.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

DIK, S. C. & HENGEVELD, K. The hierarchical structure of the clause and the typology of perception verb complements. *Linguistics*. v.29, n.2, p. 231-259, 1991.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Part II – Complex and derived constructions. New York: Mouton, 1997.

FABER, P. B. & USÓN, R. M. *Constructing a lexicon of English verbs*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.

FOLEY, W. & VAN VALIN, R. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction* (vol. I). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GIVÓN, T. The binding hierarchy and the typology of complements. *Studies in Language*, v. 3, n. 3, p. 333-377, 1980.

GRIMSHAW, J. Complement selection and the lexicon. *Linguistic Inquiry*, v. 2, n.10, p. 279-326, 1979.

HENGEVELD, K. The hierarchical structure of utterances. In.: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M. & VET, C. (Ed.). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990a. p. 1-24.

\_\_\_\_\_. Semantic relations in non-verbal predication. In.: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M. & VET, C. (Ed.). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990b. p. 101-122.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. New York: Oxford University Press, 2008.

KARTTUNEN, L. Implicatives verbs. *Language*. v. 47, n. 2, p. 340-5, 1970.

KIPARSKY, P. & KIPARSKY, C. Fact. In.: STEINBERG, D. D. & JAKOBOWITS, L. A. *An Interdisciplinary Reader in Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 345-369.

LEVIN, B. Approaches to lexical semantic representation. In.: WALKER, D.; ZAMPOLLI, A.; CALZOLARI (Ed.). *Automating the lexicon I: Research and practice in a multilingual environment*. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 53-91.

\_\_\_\_\_. & RAPPAPORT, M. The formation of adjectival passives. *Linguistic Inquiry*, v. 4, n. 17, p. 623-661, 1986.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

NOONAN, M. Complementation. In.: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 42-139.

ROSENBAUM, P. S. *The grammar of English predicate complement constructions*. Cambridge: MIT Press, 1967.

SOUSA, G. C. *Gramaticalização das construções com orações completivas: o caso do complemento oracional introduzido por se*. 2007. 175f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP.

VAN VALIN, R. Synopsis of Role and Reference Grammar. In.: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Advances in Role and Reference Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1993. p. 1-164.

\_\_\_\_\_. & WILKINS, D. Predicting syntax from semantics. In.: VAN VALIN, R. (Ed.). *Advances in Role and Reference Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1993. p. 499-534.

RECEBIDO EM 31/10/2010 – APROVADO EM 23/01/2011